

**Júlia Medeiros e o memoricídio feminino:
escrita, resistência e violência de gênero no sertão potiguar**

***Júlia Medeiros and female memoricide:
writing, resistance, and gender-based violence in the sertão of rio grande do norte***

Ana Karla Batista FARIAS¹
Ana Santana Batista FARIAS²

Resumo

Este artigo tem como objetivo resgatar a trajetória intelectual, política e jornalística de Júlia Medeiros, mulher potiguar que escreveu e atuou em um contexto marcado pela opressão patriarcal e pela violência de gênero. A partir de seus textos publicados na imprensa, de sua atuação como educadora, sufragista e vereadora, discute-se o apagamento histórico das mulheres — aqui compreendido como memoricídio feminino — e a exclusão sistemática de suas contribuições dos registros canônicos. Ao articular a experiência de Júlia Medeiros com reflexões teóricas sobre a invisibilidade das mulheres na história, especialmente a partir de Virginia Woolf, o artigo propõe a reconstituição de sua memória como um ato de justiça histórica e política.

Palavras-chave: Júlia Medeiros. Memoricídio feminino. Escrita de mulheres. Violência de gênero. Feminismo.

Abstract

This article aims to recover the intellectual, political, and journalistic trajectory of Júlia Medeiros, a woman from Rio Grande do Norte who wrote and acted within a context marked by patriarchal oppression and gender-based violence. Based on her published texts, her work as an educator, suffragist, and city councilor, the study discusses the historical erasure of women—understood here as female memoricide—and the systematic exclusion of their contributions from canonical records. By articulating Júlia Medeiros's experience with theoretical reflections on women's invisibility in history, especially through Virginia Woolf's thought, the article proposes the reconstruction of her memory as an act of historical and political justice.

Keywords: Júlia Medeiros. Female memoricide. Women's writing. Gender violence. Feminism.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Multimeios na Unicamp. Bolsista Capes.
E-mail: anakarlac8@gmail.com

² Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. E-mail: ana.farias@ifrn.edu.br

Introdução

O interesse suscitado pela trajetória de Júlia Augusta de Medeiros não decorre de uma excepcionalidade individual, mas do apagamento estrutural que marca a história das mulheres, particularmente daquelas que atuaram nos campos da escrita, da política e da vida pública. Ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, numerosas mulheres produziram textos, intervieram no debate público e reivindicaram direitos por meio da imprensa, sem que suas contribuições fossem incorporadas de modo sistemático à historiografia. Esse processo de silenciamento, aqui compreendido como *memoricídio feminino*, constitui uma forma recorrente de violência simbólica que incide sobre a produção intelectual e política das mulheres.

Inserida em um contexto no qual o acesso feminino à palavra pública era restrito e socialmente vigiado, a imprensa configurou-se como um espaço privilegiado de atuação das mulheres, funcionando como porta de entrada para a escrita, a crítica social e a participação política. Jornais e revistas femininos e feministas possibilitaram a circulação da autoria feminina, permitindo que mulheres letradas elaborassem discursos sobre educação, cidadania, trabalho e direitos civis, frequentemente tensionando as normas de gênero vigentes. A escrita jornalística, nesse sentido, não se limitava a uma prática literária, mas operava como gesto político e instrumento de emancipação.

É nesse horizonte que se inscreve a atuação de Júlia Medeiros, cuja produção escrita e atuação pública no Rio Grande do Norte exemplificam a articulação entre imprensa, formação intelectual e engajamento político. Sua escrita em periódicos femininos, associada à sua atuação como educadora e sufragista, evidencia como a imprensa regional funcionou como espaço estratégico para a construção de uma voz feminina autorizada, capaz de intervir no debate público e reivindicar a igualdade de direitos. Ao escrever, Júlia Medeiros não apenas ocupava um espaço historicamente negado às mulheres, mas produzia fissuras no modelo patriarcal que as relegava ao silêncio e ao confinamento doméstico.

Este artigo propõe, portanto, reinscrever Júlia Medeiros na história da imprensa e da escrita feminina no Brasil, compreendendo sua produção intelectual como prática de resistência às estruturas patriarcais e aos dispositivos de exclusão que operaram, e ainda operam, sobre a memória das mulheres. Ao recuperar sua trajetória, busca-se também problematizar os mecanismos que regulam a visibilidade da autoria feminina e interrogar

os critérios pelos quais determinadas vozes são legitimadas, enquanto outras permanecem à margem da memória coletiva.

Das entrelinhas da história: Júlia Medeiros

Júlia Augusta de Medeiros nasceu em 28 de agosto de 1896, na Fazenda Umari, no município de Caicó, no sertão do Rio Grande do Norte. Era filha de Antônio Cesino de Medeiros, conhecido como “Tonho do Umari”, e de Ana Célia Amélia Medeiros. Conforme observa Guerra Filho, Júlia foi “quem sabe a mulher do século de Caicó”, reconhecimento que contrasta de forma contundente com o posterior apagamento de sua memória. Oriunda de uma família pertencente à elite rural seridoense, Júlia herdou uma posição social marcada por privilégios materiais, mas também por expectativas rígidas quanto ao comportamento feminino. Seus ascendentes tinham origem na ilha de São Miguel, nos Açores, e se estabeleceram no sertão nordestino ainda no século XVIII. Seu pai era um destacado produtor de algodão, atividade central na economia potiguar à época, e proprietário de extensas terras, entre elas a Fazenda Umari, uma das maiores da região do Seridó, além de outros sítios em Caicó e São José do Sabugi. Antônio Cesino exerceu ainda cargo político relevante, tendo sido intendente de Caicó entre 1914 e 1916, conforme registros dos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (1890–1930).

Júlia foi a segunda filha de uma prole de seis irmãs e um irmão. Foi batizada em 10 de outubro de 1896 por seu tio Ambrósio Florentino de Medeiros e por sua avó paterna, Ana Vieira Mimosa. Desde cedo, teve acesso a uma educação diferenciada: foi alfabetizada em casa por Misael de Barros, um mestre-escola particular, prática restrita às famílias da elite rural. De modo singular para seu tempo, seu pai não estabeleceu distinção de gênero no acesso à instrução, garantindo educação formal a todas as filhas, em contraste com a norma social que privilegiava exclusivamente os homens. Em 1921, aos 25 anos, ingressou na Escola Normal da capital, espaço fundamental para a formação de professoras e para a emergência de mulheres intelectuais no início do século XX. Sua formação normalista ocorreu paralelamente à sua inserção no campo da escrita: já em 1925 colaborava com a revista *Pedagogium* (1921–1925), órgão da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte.

O retorno de Júlia a Caicó, em 1926, marca um momento decisivo de sua trajetória. Embora o magistério fosse então uma profissão desvalorizada, em parte pelo abandono

progressivo dos homens, a docência permitiu à Júlia uma inserção contínua na vida pública local. Sua presença em Caicó, contudo, não se limitava ao exercício profissional: sua aparência, comportamento e postura intelectual constituíam, em si, um gesto político. Considerada uma mulher de personalidade forte, culta e elegante, Júlia Medeiros subvertia códigos sociais profundamente arraigados. Vestia roupas que deixavam à mostra costas e pernas, utilizava a cor preta fora do luto, mantinha os cabelos curtos, escolhas que, naquele contexto, operavam como sinais de insubordinação e busca por emancipação feminina. A moda, nesse sentido, funcionava como linguagem política, articulando corpo, gênero e resistência.

Na década de 1960, já envelhecida e com saúde fragilizada, Júlia foi levada por sua família para Natal, onde passou a viver na rua da Misericórdia, no bairro da Cidade Alta. Nesse período, segundo relatos orais, embora controversos, teria passado a ser conhecida popularmente como “Rocas-Quintas”, apelido que remete ao trajeto que realizava diariamente a pé, repetindo o itinerário da linha de ônibus entre os bairros das Rocas e das Quintas. O relato publicado no *Jornal Folha Regional* (19 jun. 2017) revela a face mais cruel do processo de apagamento: a intelectual, educadora, sufragista e vereadora transforma-se em figura folclórica, alvo de zombaria, associada à marginalidade e à loucura. Essa passagem final de sua vida não pode ser dissociada do contexto analisado por Barrenha (2025), Cunha (1986) e Foucault (1988), no qual mulheres que escapavam aos papéis normativos (mãe, esposa, dona de casa) eram progressivamente deslegitimadas, patologizadas e silenciadas. A figura da “mulher trôpega, suja e maltrapilha” ecoa o imaginário da loucura feminina, historicamente construída como desvio moral e social. Segundo Barrenha (2025), cabe ainda destacar que, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os ideais eugênicos e o discurso higienista passaram a ocupar posição central no cenário brasileiro.

O saber médico passou a investir de modo sistemático sobre os corpos femininos, transformando as mulheres em objetos privilegiados de intervenção. Alinhada aos interesses do Estado e às demandas sociais, a medicina direcionou seu olhar normativo para a saúde feminina, em consonância com o que Foucault (1985) conceitua como biopolítica, isto é, o controle da vida por meio de dispositivos de poder, nos quais o saber médico opera como mecanismo central de normalização. Alçada à condição de eixo estruturante da família higiênica, a mulher e sua saúde deixaram de ser compreendidas como questões estritamente individuais, passando a configurar um imperativo social.

Butler (2017) formula o gênero como um conceito eminentemente político, evidenciando as assimetrias de poder que estruturam as relações entre homens e mulheres. A partir dessa compreensão e da performatividade de gênero, consolidou-se uma divisão social que atribui aos homens o espaço público, associado ao trabalho remunerado e à construção de uma carreira, e às mulheres o espaço privado e doméstico, vinculado ao cuidado com os filhos, com o lar e com o marido. Progressivamente, a noção de cuidado como uma vocação feminina foi sendo naturalizada. Em razão da posse de um útero, tomada como característica biológica definidora, os limites entre procriação e cuidado passaram a se confundir, reforçando uma associação direta entre corpo feminino, maternidade e responsabilidade afetiva.

A recusa ou o afastamento desses papéis, de esposa, mãe e educadora, passou a ser interpretada como indício ou sintoma de insanidade, produzindo um deslocamento nos critérios de definição da normalidade feminina. O confinamento institucional configura-se apenas como a face mais visível de um silenciamento mais amplo imposto à loucura. Contudo, quando a loucura é pensada a partir da articulação com o gênero feminino, a questão se complexifica ainda mais. As mulheres não dispunham de autorização social para falar em nome próprio, de modo que a experiência de “ser mulher” só podia ser compreendida a partir de um ideal construído sob o olhar masculino. Nesse sentido, a mulher considerada louca era aquela que transgredia diretamente esse modelo normativo de feminilidade e, por isso, precisava ser controlada e silenciada.

O manicômio constituiu-se como uma instituição central na gestão e no controle da loucura, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, sendo amplamente empregado como mecanismo de segregação dos indivíduos considerados desviantes da ordem social. Mais do que espaços destinados ao cuidado dos chamados doentes mentais, essas instituições operavam como dispositivos de vigilância, disciplina e normalização. Nesse sentido, o manicômio funcionava como um lugar de exclusão, no qual práticas como o isolamento, a imposição de rotinas rígidas e a vigilância constante eram mobilizadas para regular condutas, controlar comportamentos e submeter os corpos a um regime disciplinar. Júlia Medeiros faleceu em 29 de agosto de 1977, no Hospital das Clínicas de Natal. Em sua certidão de óbito, a causa da morte aparece registrada como envenenamento, seguida de uma interrogação: suicídio? Esse ponto final incerto sintetiza de forma brutal uma vida marcada pela oscilação entre visibilidade e anonimato, reconhecimento e esquecimento. Assim, a trajetória de Júlia Medeiros, conforme documentada por Rocha Neto (2005),

não apenas ilumina a história de uma mulher singular, mas expõe os mecanismos sociais, simbólicos e institucionais que regulam quem pode permanecer na memória coletiva e quem será lançado ao silêncio.

A escrita como espaço de resistência

A produção escrita feminina, ao longo da história, não se restringiu aos gêneros literários tradicionalmente consagrados, como a ficção e a poesia, mas manifestou-se também por meio de crônicas, ensaios e escritos de caráter militante. Conforme observa Duarte (2025), quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, apropriaram-se rapidamente da leitura como via de entrada para a escrita e para o exercício da crítica, desenvolvendo consciência acerca da condição de submissão a que estavam relegadas em um contexto marcado pela exclusão feminina da educação formal e pelo predomínio do iletramento entre as mulheres. Mais do que o livro, foram os jornais e as revistas que se configuraram como os principais veículos da produção letrada feminina, funcionando como espaços privilegiados de expressão, debate e intervenção social.

O marasmo dos tempos coloniais- sabemos- só se rompeu com a vinda da família real, legítimo estopim para as mudanças que se faziam urgentes à sociedade brasileira. A convivência com a Corte, os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, tudo isso a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela esclarecida da elite o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca-resumida no velho ditado: “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar”- o quadro começa a mudar com os ventos soprados da Europa e lentamente vai deixando de ser heresia social instruir o sexo feminino (Duarte, 2025, p. 71).

Em 1852, surge no Rio de Janeiro aquele que viria a ser reconhecido como o marco fundador do periodismo feminino no Brasil: o *Jornal das Senhoras*, dirigido por Joana Paula Manso de Noronha, que circulou até 1855, conforme assinala Duarte (2025). Editado na Corte, o periódico dedicou-se à discussão de temas relacionados à condição feminina, articulando-se explicitamente em torno do objetivo de cooperar para a emancipação das mulheres. Entre suas principais bandeiras figurava a defesa de uma instrução mais sólida para meninas, ao lado da publicação de comentários, notas sobre moda, receitas e reflexões acerca da melhoria das condições de vida feminina. Embora o

público leitor prioritário fosse composto por mulheres, o jornal também buscava sensibilizar e angariar o apoio dos homens para o novo contexto social que se desenhava. Na esteira dessa iniciativa, em 1862, foi fundado no Rio de Janeiro o periódico *O Belo Sexo*, por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, com a proposta de estimular a participação ativa das mulheres na imprensa e de promover a manifestação da voz feminina em favor do progresso social.

Conforme esclarece Duarte (2025), até a década de 1870 o acesso das mulheres brasileiras à alfabetização era bastante restrito, uma vez que o senso comum patriarcal se opunha de forma sistemática à instrução feminina, temendo as transformações de comportamento e de papel social que dela poderiam decorrer. O Censo de 1872 — o primeiro realizado no país — confirma esse cenário ao registrar que 81,43% da população livre era analfabeta. Entre os homens, apenas 19,85% eram considerados letrados, enquanto entre as mulheres esse índice era ainda mais reduzido, alcançando apenas 11,5%, evidenciando a profunda desigualdade de gênero no acesso à educação formal no Brasil oitocentista.

Nesse cenário de poucos leitores, os jornais configuraram-se como uma das principais portas de entrada das mulheres no campo literário, antecedendo, em muitos casos, a publicação em livro. A experiência de escrita em periódicos possibilitou o exercício da autoria, a circulação pública da palavra feminina e a formação de um público leitor, criando condições materiais e simbólicas para a posterior inserção no sistema literário. A trajetória de Júlia Medeiros, no *Jornal das Moças*, periódico potiguar, exemplifica esse processo: é nas páginas do jornal que sua escrita se afirma e se legitima, evidenciando como a imprensa feminina e regional funcionou como espaço privilegiado de iniciação literária e de consolidação da voz autoral de mulheres escritoras.

A atuação de Júlia Medeiros no campo jornalístico foi central para a construção de sua militância feminista. Como redatora e colaboradora do *Jornal das Moças* e da revista *Pedagogium*, publicou textos que problematizavam o papel social da mulher, defendiam o direito ao voto feminino e reivindicavam uma educação igualitária entre os sexos. Seu artigo “A missão da mulher”, publicado em 1925, é emblemático ao propor uma atuação feminina que extrapolasse os limites do lar.

Fundado em 1926 e em circulação até 1932, o *Jornal das Moças* constituiu-se como um espaço singular de expressão feminina no Rio Grande do Norte, reunindo literatura, humor e críticas à condição da mulher na sociedade potiguar. Júlia Medeiros, que assinava

seus textos com diversos pseudônimos como Potyguara, Sertaneja, Myriam, Carmelli, Fábio e Ivo, compreendia o jornalismo como um instrumento de formação intelectual e política das mulheres. De acordo com Rocha Neto (2005), foi por intermédio do jornal que Júlia Medeiros conseguiu inscrever, no espaço público da escrita, o desejo de emancipação compartilhado por uma geração de mulheres que lutava pelo direito à educação formal, pelo acesso à cultura letrada e pelo sufrágio feminino. *O Jornal das Moças* tornou-se um importante meio de manifestação e de inserção das mulheres caicoenses e potiguares no campo do jornalismo. A publicação consolidou-se, assim, como uma iniciativa pioneira no âmbito local das reivindicações civis, sociais e políticas femininas.

Os excertos publicados no periódico revelam uma escrita que articula lirismo e consciência política, sensibilidade e crítica social, tensionando os estereótipos atribuídos à “natureza feminina”. Mesmo quando reproduz discursos idealizados sobre a mulher, Júlia os desloca para o campo da ação pública, da escrita e da intervenção social. Para além do engajamento político, a escrita de Júlia Medeiros também revela uma dimensão subjetiva profundamente marcada pela experiência da dor, da saudade e da adversidade. Seus textos literários evidenciam a condição de uma mulher atravessada por violências simbólicas e materiais, ferida, como ela própria escreve, “pela seta venenosa do destino”. Ao escrever, Júlia Medeiros reivindica o direito à expressão da interioridade, historicamente negado às mulheres, e transforma a palavra em espaço de sobrevivência e resistência.

O sol já se vai desaparecendo no oceano. Somente as saudades não desaparecem jamais do meu pobre coração! Pequenos pontinhos brancos espalham-se no firmamento longínquo- são estrelas. O sol que há pouco inundava o universo com um banho de luz, agoniza agora por trás da serra deixando um adeus ao dia que morre lentamente. Ah! Como é triste viver de saudades! Saudades! Palavra que encerra demais pungente para os corações que amam. Sofro! Sofro saudades, porém sou feliz apesar de ser ferida pela seta venenosa do destino (JORNAL DAS MOÇAS, 02/12/1926, p.4).

Quem disse que as nossas paixões são filhas do cérebro? Não conheço na anatomia coisa nenhuma que me faça crer que o coração, que é fonte da vida, não seja o vaso dedicado que comporte combustível do amor- a paixão. Os loucos e os irracionais também amam, logo para se amar não é preciso cabeça. Um apaixonado é um louco. O amor não é um cambão que prende duas cabeças, é o elo sublime que une dois corações, é o facho sacrossanto que guia duas almas. Só no coração nasce e cria-se o amor. Só pelo coração se ama, só o coração sente as delícias dessa paixão sublime. Quando se ama não se sabe pensar, a cabeça

desequilibra-se e tem que ceder a todos os impulsos do coração para os efeitos do amor (Jornal das Moças, 22/11/1926, p. 5).

Do espaço público dos jornais para a política: sufrágio e mandato eletivo

O direito ao voto e à elegibilidade das mulheres brasileiras, hoje plenamente assegurado no âmbito do sistema político nacional, é resultado de um longo processo de mobilização e ativismo protagonizado por mulheres como Bertha Lutz e Júlia Medeiros. Atuando em diferentes espaços e contextos regionais, essas intelectuais e militantes engajaram-se de forma contínua na luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos plenos de direitos políticos e civis, em oposição à lógica de subalternização que as relegava à condição de cidadãs de segunda ordem. Tal enfrentamento dialoga com a formulação de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, ao denunciar a construção histórica da mulher como “Outro” em relação ao homem.

Sem medo de enfrentar a descrença, o machismo e a resistência na política, em um ambiente majoritariamente ocupado por homens, Lutz não esmoreceu; pelo contrário, procurou apoio em diversos setores da sociedade e conquistou ajuda de vários simpatizantes, mostrando que a união faz a força. O trabalho realizado por Bertha e suas companheiras feministas teve resultados incontestáveis. Com a conquista do direito à escolha de seus representantes, mulheres de todo o país se inspiraram na história de Bertha e fizeram valer esse direito duramente obtido (Barcella, 2018, p. 259).

Desse modo, observa-se que a conquista do direito ao voto feminino no Brasil resultou de um longo processo de luta e reivindicação protagonizado por mulheres organizadas em movimentos feministas, os quais dialogavam com as experiências e conquistas do feminismo europeu. Entre os principais nomes desse processo destaca-se Bertha Lutz, responsável pela articulação do movimento feminista em âmbito nacional por meio da criação de instituições como a Liga das Mulheres Eleitoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundamentais para a mobilização política e a difusão das pautas sufragistas no país.

Embora o direito ao voto feminino tenha sido oficialmente instituído em âmbito nacional com a promulgação do Código Eleitoral de 1932, por meio do Decreto n.º 21.076, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, o estado do Rio Grande do Norte antecipou-se a essa conquista em pelo menos quatro anos. Em 1927, a Assembleia Legislativa potiguar aprovou a Lei Eleitoral Estadual, cujo artigo 77 estabelecia que “no

Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção (sic) de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. Tal avanço esteve diretamente relacionado à atuação política do senador Juvenal Lamartine, que, após dialogar com Bertha Lutz sobre a possibilidade do voto feminino, incorporou a pauta à sua campanha para a presidência do Estado e articulou apoio junto aos deputados estaduais.

É nesse contexto que se insere a atuação de Júlia Medeiros, que, em 1928, tornou-se uma das primeiras mulheres brasileiras a se alistar como eleitora e a exercer o direito ao voto. Sua participação nesse processo foi reconhecida nacionalmente, como atesta o telegrama de felicitação enviado por Bertha Lutz, com quem manteve correspondência e relação de proximidade. A aproximação de Júlia Medeiros com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino evidencia sua inserção em redes nacionais de luta pelos direitos das mulheres, revelando a articulação entre iniciativas locais e movimentos feministas de alcance nacional na consolidação da cidadania feminina no Brasil.

As trajetórias de Bertha Lutz e Júlia Medeiros revelam origens sociais e formações intelectuais marcadamente distintas. Bertha Lutz, figura de projeção nacional e internacional, nasceu em São Paulo, viveu na Europa e formou-se em Ciências pela Sorbonne, em Paris, ocupando posição de destaque nos espaços públicos e institucionais do feminismo brasileiro. Júlia Medeiros, por sua vez, nasceu na zona rural de Caicó, no interior do Rio Grande do Norte, e formou-se normalista em Natal, construindo sua atuação política e intelectual a partir de contextos regionais menos visibilizados. Apesar dessas diferenças, ambas sustentavam com firmeza a defesa da igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Não por acaso, suas trajetórias foram frequentemente alvo de desconfiança social, uma vez que se tratava de mulheres que não se encontravam sob a tutela masculina, condição que contrariava as normas de gênero vigentes. Além disso, ao não se casarem nem constituírem família nos moldes tradicionais, Bertha Lutz e Júlia Medeiros tensionaram papéis sociais historicamente associados à chamada “natureza feminina”, afirmando, por meio de suas escolhas de vida e de sua atuação pública, outras possibilidades de existência para as mulheres de seu tempo.

No plano institucional, as trajetórias de Bertha Lutz e Júlia Medeiros evidenciam formas distintas, porém igualmente pioneiras, de inserção das mulheres na política brasileira. Bertha Lutz assumiu o cargo de deputada federal em 1936, dando continuidade à sua atuação nos órgãos públicos ao ocupar funções de destaque, como a chefia do setor

de Botânica do Museu Nacional, o que lhe garantiu ampla visibilidade nacional. Júlia Medeiros, por sua vez, exerceu dois mandatos como vereadora no município de Caicó, entre 1951 e 1958, além de ter atuado como diretora do hospital local, consolidando uma trajetória política singular no contexto do sertão potiguar. Apesar da relevância de suas atuações, o reconhecimento histórico dessas mulheres seguiu caminhos desiguais. Enquanto Bertha Lutz permaneceu como referência central na memória do feminismo brasileiro, a trajetória de Júlia Medeiros foi progressivamente relegada ao esquecimento, destino recorrente de mulheres que, ao desafiar as normas de gênero e ocuparem espaços de poder, tiveram suas contribuições silenciadas nos registros oficiais da história.

Considerações finais

A trajetória de Júlia Medeiros dialoga de forma contundente com a reflexão proposta por Virginia Woolf em *Um teto todo seu*, sobretudo na figura de Judith Shakespeare, metáfora das mulheres cuja existência intelectual foi sistematicamente inviabilizada pelas estruturas patriarcais. Se Judith permanece confinada à ficção, condenada ao silêncio e à morte simbólica, Júlia Medeiros existiu historicamente, escreveu, interveio no espaço público e participou ativamente das lutas por direitos das mulheres. Ainda assim, sua trajetória foi atravessada por um processo semelhante de apagamento, revelando que o acesso à palavra não garante, por si só, a permanência na memória coletiva.

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a escrita, especialmente aquela veiculada pela imprensa, constituiu-se como um instrumento central de resistência na atuação de Júlia Medeiros. Em um contexto no qual às mulheres era negado o direito à palavra pública, escrever em jornais significava romper o confinamento doméstico, afirmar-se como sujeito político e disputar sentidos no espaço social. A imprensa feminina e regional operou, nesse sentido, como um território estratégico de produção de subjetividade, de elaboração crítica e de enfrentamento às normas de gênero, permitindo que mulheres como Júlia Medeiros inscrevessem suas vozes em um campo historicamente dominado por homens.

Entretanto, o apagamento posterior de sua memória evidencia os limites dessas conquistas e expõe os mecanismos simbólicos e institucionais que continuam a operar sobre a história das mulheres. Mesmo quando escrevem, ensinam e governam, suas

trajetórias permanecem vulneráveis ao esquecimento, à deslegitimação e à redução à marginalidade. Recuperar a escrita e a atuação de Júlia Medeiros implica, portanto, não apenas reconhecer uma biografia individual, mas confrontar uma lógica histórica que transforma a presença feminina em ausência e a autoria em silêncio.

Resgatar a memória de Júlia Medeiros configura-se, assim, como um gesto político de recusa ao *memoricídio feminino* e de afirmação da escrita das mulheres como prática de resistência. Ao reinscrevê-la na história da imprensa e do feminismo brasileiro, torna-se possível ouvir, nas fissuras do tempo, as vozes de tantas outras mulheres que escreveram, ensinaram e lutaram no anonimato. Retirar a “neve” que encobriu essas trajetórias, para retomar a imagem de Woolf, é uma tarefa coletiva e contínua, que nos convoca, enquanto herdeiras dessas lutas, a escrever, pesquisar e narrar histórias que por muito tempo foram silenciadas. A trajetória de Júlia Medeiros permanece, assim, como símbolo de coragem intelectual, de enfrentamento à violência de gênero e da escrita feminina como forma de resistência histórica.

Referências

BARCELLA, Laura. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo.** Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2018.

BARRENHA, Taís Sobrinho. **Mulheres contam o manicômio: a escritura de Stela do Patrocínio e Maura Lopes Cançado.** Assis, 2025. 145 p.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX.** Caminhos da História, v. 30, n. 1, p. 70-79, jan./jun. 2025. Recebido em: 30 jan. 2025. Aprovado em: 20 fev. 2025.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **A educação da mulher norte-rio-grandense segundo Júlia Medeiros (1920–1930).** Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Biblioteca Central Zila Mamede. **Jornal das Moças.** Coleções Especiais. Disponível em: <https://bczm.ufrn.br/jornal-das-mocas/>. Acesso em: 15/11/2025.